

**ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA
VARA DO TRABALHO DE PARACATU – MG**

**JUIZ TITULAR DA VARA DO TRABALHO:
LUIZ EVARISTO OSÓRIO BARBOSA**



JUSTIÇA DO TRABALHO
TRT da 3ª Região (MG)

Lei de Criação nº 7729, de 16-1-1989
Data da instalação: 30-10-1991
Data de implantação do PJe: 30-7-2013

Jurisdição: Paracatu, Brasilândia de Minas, Guarda-Mor, João Pinheiro e Vazante.

Edital de Correição divulgado no DEJT em 18-1-2021, p. 3.

ATA DE CORREIÇÃO

Data da última Correição: 20-2-2020

Às 13 horas do dia vinte e três de fevereiro de 2021, a Excelentíssima Desembargadora Dra. **Maristela Iris da Silva Malheiros**, Vice-Corregedora do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região deu início à Correição Ordinária Telepresencial por meio da plataforma de videoconferência Zoom, instituída pelo Ato Conjunto TST/CSJT/GP N° 54, de 29 de dezembro de 2020 na Vara do Trabalho de Paracatu, situada na Avenida Deputado Quintino Vargas, 310 – 2º andar, conforme ATO N° 13, de 19 de Maio de 2020, do Tribunal Superior do Trabalho, Portaria Conjunta GCR/GVCR N. 7, de 5 de junho de 2020 e na forma do artigo 682, XI, da CLT, combinado com o artigo 29, II, do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, presentes por meio do sistema eletrônico o MM. Juiz do Trabalho Titular da Vara, Dr. **Luiz Evaristo Osório Barbosa**, o MM. Juiz do Trabalho Substituto, Dr. **João Otávio Fidanza Frota**; a Secretária da Vara do Trabalho, Sra. Luzia Lourdes de Lima; os servidores Acácio Rubens Rubinger Rocha, Ana Paula Pinheiro de Carvalho, Camila Ulhoa Gomes, Carlos André Fernandes e Silva, Deuslira Sousa Afonso, Eugênio Guedes de Oliveira, Fernanda Leopoldo Gomes, Geraldo José Pimentel Lucas, João Augusto Monteiro do Prado, Lourenço Aldo Pereira da Silva, Sílio Alexandre do Couto Araújo, Virgínia Aparecida Alves da Silva; a estagiária Léia Cristina Pereira da Silva.

Iniciada a correição no horário acima registrado, a Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora examinou:

1. REGISTROS CONSTANTES DA SECRETARIA DA VARA

1.1. PROTOCOLO DE RECLAMAÇÕES – Das informações de distribuição, excluídas as cartas precatórias recebidas, consta o registro de 52 processos, distribuídos neste ano até o dia 9-2-2021, apurando-se a média de 2,1 processos por dia útil.

1.2. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS – A Vara recebeu 3 cartas precatórias, dentre elas não há executórias, até o dia 9-2-2021, das quais 1 foi devolvida, neste ano, para o juízo deprecante, conforme consulta realizada junto ao SICOND.

1.3. REMESSA DE PROCESSOS AO TRT – Existe o registro de 777 autos de processos na Instância Superior, sendo que desses, 50 processos foram remetidos neste ano até o dia 9-2-2021.

1.4. CARGA PARA O (A) MERITÍSSIMO (A) JUIZ (A) DO TRABALHO – Há 8 autos de processos para minutar sentença e minutar decisão, todos no prazo legal.

1.5. CARGA PARA PERITOS – Analisando o sistema do PJe, constatou-se que existem 11 processos com perícia designada.

1.6. MANDADOS EXPEDIDOS – Constam 97 mandados expedidos no PJe no ano em curso, dentre os quais 14 pendentes de cumprimento, no prazo.

1.7. PROCESSOS SOBRESTADOS NA FASE DE CONHECIMENTO – Em consulta ao sistema informatizado da Secretaria da Vara, constatou-se a existência de 7 processos sobrestados.

Segundo informações do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes (Nugep), não há processos sobrestados já julgados pelo STF.

Processos examinados na correição, por amostragem, temas ainda não julgados:

0010916/19, 0010915/19, 0011062/18, 0010101/20, 0010917/19: sobrestados em razão do recurso extraordinário com repercussão geral pelo STF – Tema nº 1046 – Validade de norma coletiva de trabalho que limita ou restringe direito trabalhista não assegurado constitucionalmente;

0011091/17: sobrestado em razão do recurso extraordinário com repercussão geral pelo STF – Tema 1022 – Dispensa imotivada de empregado de empresa pública e de sociedade de economia mista admitido por concurso público.

Recomenda-se que seja observada a correta correspondência dos andamentos dos processos àqueles do sistema E-Gestão, conforme Manual de Orientações do Sistema E-Gestão 1º Grau (http://negestao.tst.jus.br/index.php/E-Gest%C3%A3o_1%C2%BA_Grau).

Também deve ser consultada a cartilha de sobrestamento e “dessobrestamento” elaborada pelo Núcleo de Gerenciamento de Precedentes, disponível no link https://portal.trt3.jus.br/internet/jurisprudencia/nugep-2/downloads/Cartilha_NUGEP.pdf

Está disponível no link <https://portal.trt3.jus.br/internet/jurisprudencia/suspensoes-encerradas/suspensoes-encerradas-no-trt-mg>, sistematizadas por assunto.

1.8. PROCESSOS EM FASE DE CONHECIMENTO – a taxa de congestionamento na fase de conhecimento - 1º grau, indicador nº 10 do Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG, foi de 37,48% em 2016, de 38,85% em 2017, de 34,44% em 2018 e de 31,24% em 2019 e 41,39% em 2020. A Meta estabelecida para este indicador em 2020 foi de 40% (dados extraídos do sistema e-Gestão em 21/01/2021, sujeitos a alterações devido aos envios de novas remessas de dados ao TST).

Vara do Trabalho	Paracatu - 01a Vara				
Indicador / Ano	2016	2017	2018	2019	3º trim/2020 (01/10/19 a 30/09/20)

Ind. 10: Taxa de Congestionamento Conhecimento (%)	26,26	25,15	16,92	28,63	32,68
---	-------	-------	-------	-------	-------

1.9. PROCESSOS AGUARDANDO SENTENÇA NA FASE DE CONHECIMENTO -

FASE DE CONHECIMENTO (de 1º-1-2021 até 9-2-2021)

(fonte: e-Gestão)

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Aguardando 1ª Sessão de audiência (item 60)	0
	Aguardando 1ª audiência (item 90060)	107
	Aguardando encerramento da instrução (item 61)	0
	Aguardando encerramento da instrução (item 90061)	176
	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença (item 62)	0
	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença (item 90062)	9

Processos aguardando primeira audiência ou aguardando o encerramento da instrução que estão sem audiências designadas (aguardando atualização do PJe - chamado aberto junto ao TST):

Processos sem audiência designada durante a fase de instrução: são os processos dos itens 90.060 e 90.061 do e-Gestão e que não possuem audiência designada ou não estão suspensos/sobrestados.	36
---	----

Aguardando atualização do PJe - chamado aberto junto ao TST

1) Indicador Idade média do Pendente de Julgamento (I01): representa o tempo médio que os processos estão pendentes de julgamento. Média do ano dos processos dos itens 60, 61, 62, 90060, 90061 e 90062 no final do período de referência.

Para cálculo do prazo médio, conforme manual do IGEST, “são listados todos os processos pendentes de julgamento na fase de conhecimento e considerado o ano em que cada um deles foi ajuizado. Após faz-se a subtração pelo ano de referência e após a média desses anos.

Ano de ajuizamento	Quantidade de	Prazo médio por
--------------------	---------------	-----------------

	processos	ano
2017	2	4
2018	1	3
2019	20	2
2020	221	1
2021 – ano de referência	48	-
TOTAL	292	0.92

Abaixo a tabela dos 20 processos mais antigos na fase de conhecimento, extraídos dos itens 60, 900.60, 61, 90061, 62 e 90.062 (dados apurados no mês de fevereiro até o dia 9):

Processo	Classe	Tarefa
0011091-30.2017.5.03.0084	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0011131-12.2017.5.03.0084	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0011062-43.2018.5.03.0084	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0010474-02.2019.5.03.0084	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Análise
0010701-95.2019.5.03.0082	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0010812-73.2019.5.03.0084	Ação Civil Pública	Aguardando prazo
0010831-79.2019.5.03.0084	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0010915-80.2019.5.03.0084	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0010916-65.2019.5.03.0084	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0010917-50.2019.5.03.0084	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0010926-12.2019.5.03.0084	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0011001-51.2019.5.03.0084	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Análise
0011034-41.2019.5.03.0084	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0011107-13.2019.5.03.0084	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando prazo
0011126-19.2019.5.03.0084	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência

0011187-74.2019.5.03.0084	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando prazo
0011224-04.2019.5.03.0084	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Elaborar sentença
0011427-63.2019.5.03.0084	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0011429-33.2019.5.03.0084	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando prazo
0011463-08.2019.5.03.0084	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Elaborar despacho

2) Indicador Pendentes (I02): representa a quantidade de processos pendentes de baixa nas fases de conhecimento e execução e os pendentes de liquidação.

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Processos pendentes de baixa - fase de conhecimento (item 377)	0
	Processos pendentes de baixa - fase de conhecimento (item 90377)	369

FASE	Situação	Quantidade de processos
LIQUIDAÇÃO	Processos com liquidação de sentença pendente (item 394)	0
	Processos com liquidação de sentença pendente (item 90394)	115

FASE	Situação	Quantidade de processos
EXECUÇÃO	Processos pendentes de baixa – fase de execução (item 383)	0
	Processos pendentes de baixa – fase de execução (item 90383)	1.126

3) Indicador Taxa de Conclusos com Prazo Vencido (I03): representa a relação entre o total de processos conclusos com o prazo vencido e o total de processos aguardando a prolação de sentença.

FASE	Variável	Forma de apuração	Quantidade de
------	----------	-------------------	---------------

			processos
CONHECIMENTO	Pendentes de julgamento conclusos com o prazo vencido	Saldo de processos do item 393 no final do período de referência	0
		Saldo de processos do item 90393 no final do período de referência	0
	Total de processos conclusos aguardando prolação de sentença	Saldo de processos do item 62 no final do período de referência	0
		Saldo de processos do item 90062 no final do período de referência	9

1.10. PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO - A taxa de congestionamento na fase de execução - 1º grau, indicador nº 14 do Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG, foi de 75,67% em 2016, de 68,88% em 2017, de 62,84% em 2018 e de 56,65% em 2019 e 63,28% em 2020. A Meta estabelecida para este indicador em 2020 foi de 57% (dados extraídos do sistema e-Gestão em 21/01/2021, sujeitos a alterações devido aos envios de novas remessas de dados ao TST).

Vara do Trabalho	Paracatu - 01a Vara				
	2016	2017	2018	2019	3º trim/2020 (01/10/19 a 30/09/20)
Ind. 14: Taxa de Congestionamento Execução (%)	67,83	55,30	74,47	73,09	72,64

Existem 1.253 processos em fase de execução, assim discriminados:

- a) 673 execuções trabalhistas, constantes dos itens 99 e 90099;
- b) 7 processos suspensos por execução frustrada, itens 106 e 90106;
- c) 573 processos arquivados provisoriamente, conforme itens 103, 90103, 327 e 90327;
- d) não há processos no arquivo temporário, extração personalizada do SIAP1.

Os dados foram extraídos do sistema e-Gestão, no período de 01/01/2021 até 09/02/2021

No ano anterior, até dia 09/02/2020 – havia 1.314 processos na fase de execução, assim distribuídos:

- a) 663 execuções trabalhistas, constantes dos itens 99 e 90099;

- b) 8 processos suspensos por execução frustrada, itens 106 e 90106;
c) 643 processos arquivados provisoriamente, conforme itens 103, 90103, 327 e 90327.

Abaixo Tabela dos 20 processos mais antigos na fase de execução, conforme itens 99 e 90099 do e-Gestão (dados apurados no mês de fevereiro até o dia 9):

Processo	Classe	Tarefa
0010235-08.2013.5.03.0084	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Aguardando prazo
0010489-44.2014.5.03.0084	Execução Fiscal	Preparar expedientes e comunicações
0010231-34.2014.5.03.0084	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Cumprimento de Providências
0011179-73.2014.5.03.0084	Execução de Título Extrajudicial	Cumprimento de Providências
0010250-40.2014.5.03.0084	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Aguardando prazo
0012072-64.2014.5.03.0084	Execução de Título Extrajudicial	Cumprimento de Providências
0011442-08.2014.5.03.0084	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Cumprimento de Providências
0014800-54.2009.5.03.0084	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando prazo
0010169-28.2013.5.03.0084	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Cumprimento de Providências
0010932-92.2014.5.03.0084	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Aguardando prazo
0010933-77.2014.5.03.0084	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Cumprimento de Providências
0010103-77.2015.5.03.0084	Execução de Termo de Ajuste de Conduta	Cumprimento de Providências
0018600-42.1999.5.03.0084	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Cumprimento de Providências
0048200-74.2000.5.03.0084	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Cumprimento de Providências
0069200-96.2001.5.03.0084	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Análise
0028600-04.1999.5.03.0084	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Preparar expedientes e comunicações
0000600-57.2000.5.03.0084	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Cumprimento de Providências
0078600-37.2001.5.03.0084	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Cumprimento de Providências
0051300-03.2001.5.03.0084	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Cumprimento de Providências

0074800-35.2000.5.03.0084	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Cumprimento de Providências
---------------------------	-------------------------------------	-----------------------------

Abaixo a tabela comparativa por mês e ano das decisões de execução conforme itens 90.093/93 (execuções encerradas) e 90.398/398 (incidentes na Liquidação/Execução julgados,) extraídos do sistema e-Gestão (mês de fevereiro 2021 apurado até dia 9):

Mês	Ano 2020	Ano 2021
Janeiro	49	38
Fevereiro	47	12
Março	28	
Abril	15	
Maio	31	
Junho	29	
Julho	41	
Agosto	48	
Setembro	43	
Outubro	53	
Novembro	39	
Dezembro	32	
TOTAL	455	50

	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10	2020/11	2020/12	2021/01	2021/02
CLAUDIA EUNICE RODRIGUES	46	46	19	6	30		39	48	43	53	23			
JOAO OTAVIO FIDANZA FROTA	3		9	9		29	1				16	32	33	12
LUIZ EVARISTO OSORIO BARBOSA													5	
Totais	49	47	28	15	31	29	41	48	43	53	39	32	38	12

Comparativamente, nos anos de 2020 e 2021, foram expedidos alvarás, conforme abaixo (mês de fevereiro 2021 apurado até dia 09):

Mês	2020	2021
01-JANEIRO	28	18
02-FEVEREIRO	59	33
03-MARÇO	59	
04-ABRIL	55	
05-MAIO	51	

06-JUNHO	153	
07-JULHO	109	
08-AGOSTO	105	
09-SETEMBRO	155	
10-OUTUBRO	139	
11-NOVEMBRO	92	
12-DEZEMBRO	123	
Totais	1128	51

1.11. PROCESSOS INCIDENTAIS PENDENTES: de acordo com o sistema e-Gestão, dados de 9-2-2021, existem 63 processos, conforme se apurou dos itens 117, 90117, 400, 90400, 427 e 90427.

	Qtde
Embargos de Declaração Pendentes	24
Incidentes na Liquidação/Execução Pendentes	23
Tutelas Provisórias Pendentes	16
Total	63

2. PROCESSOS EXAMINADOS – Foram examinados, conforme discriminação a seguir, por amostragem, autos de processos em tramitação e arquivados na Vara do Trabalho quanto à observância do ordenamento jurídico, o cumprimento dos atos, despachos, ordens e recomendações do Tribunal Superior do Trabalho, da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, da Direção do Tribunal e da Corregedoria Regional.

Na pauta do dia 23-2-2021 havia 12 processos:

- a) **una por videoconferência (rito sumaríssimo):** 5 processos;
- b) **inicial por videoconferência:** 3 processos;
- c) **instrução por videoconferência:** 1 processo;
- d) **encerramento de instrução por videoconferência:** 1 processo;
- d) **tentativa de conciliação na fase de conhecimento:** 1 processo;
- e) **inquiritória de testemunha por videoconferência:** 1 processo.

Foram examinados os autos dos processos 0011120/20, 0011068/20, 0011069/20, 0011168/20, 0011173/20, 0011178/20, 0011160/20, 0010020/21, 0010019/21, 0010025/21.

RESULTADO – examinados os autos, constatou-se:

0010020/21, 0010019/21, 0010025/21: processos sujeitos ao procedimento sumaríssimo com designação de audiência com prazo superior a 15 dias;

2.1. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS; PROCESSOS SOBRESTADOS; PROCESSOS SOLUCIONADOS MEDIANTE CONCILIAÇÃO; PROCESSOS JULGADOS; PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO e PROCESSOS ARQUIVADOS.

Nos termos do parágrafo 1º do artigo 6º do ATO Nº 13/GCGJT, de 19 de maio de 2020 e mediante consulta ao Painel Migração CLEC, que esta Vara do Trabalho possui, até o dia 19-1-2021, 13 processos físicos no total, dentre eles, os migráveis são 3 processos.

Exame dos autos dos processos 0010890/20, 0011146/20, 0011176/20, 0011196/20, 0011118/20, 0011204/20, 0011115/20, 0011195/20, 0011147/20, 0011149/20, 0011091/17, 0010916/19, 0010915/19, 0011062/18, 0010101/20, 0010917/19, 0010737/20, 0010820/20, 0010475/20, 0010841/20, 0011043/20, 0010306/20, 0011076/20, 0011128/20, 0010882/20, 0011180/20, 0011072/20, 0011041/19, 0010403/19, 0010367/19, 0011241/19, 0011106/20, 0011183/20, 0011138/20, 0011110/20, 0011108/20, 0011037/20, 0011181/20, 0010654/20, 0011136/20, 0010493/20, 0010500/20, 0011536/19, 0010430/19, 0011530/19, 0010821/20, 0010245/20, 0011059/19, 0010067/20, 0011227/19, 0010246/20, 0010437/17, 0010983/19, 0010938/19, 0010939/19, 0010658/20, 0011074/20, 0011162/20, 0011024/20, 0010997/20, 0010927/20, 0011063/20, 0010929/20, 0011030/20, 0010748/20, 0010867/20, 0010690/18, 0010367/19, 0011041/19, 0011197/19.

RESULTADO – examinados os autos, constatou-se:

- 0011118/20: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id 6cd5014 (mais de 10 dias);

- 0011115/20: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – Id f406eb4 (mais de 10 dias);

- 0011149/20: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – cumprimento – Id 38f83f4 (mais de 10 dias);

- 0010430/19: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – cumprimento – Id dd03f68 (mais de 10 dias) e despacho – Id 97f7455 (mais de 10 dias);

- 0010245/20: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – cumprimento – Id 085fa0f (mais de 10 dias), Id 87ad304 (mais de 10 dias), Id 6ca976a (mais de 10 dias);

- 0011059/19: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id 4bb8f8d (mais de 20 dias);

- 0011227/19: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – cumprimento – Id 4c5aa1a (mais de 30 dias);

- 0010246/20: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id d8ece37 (mais de 10 dias).

Recomenda-se aos MM. juízes que profiram sentenças na forma da Recomendação N. 4/GCGJT, de 26 de setembro de 2018 referente aos “Procedimentos relacionados à prolação de sentenças e acórdãos líquidos”, divulgada por meio do Ofício Circular N. CR/45/2018, de 1º de outubro de 2018.

2.2. INQUÉRITO JUDICIAL PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE DE EMPREGADO ESTÁVEL – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que não há, até a presente data, inquérito judicial em tramitação.

2.3. AÇÃO CIVIL PÚBLICA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 16 ações civis públicas em tramitação.

Processo	Tarefa
0000224-17.2013.5.03.0084	Aguardando apreciação pela instância superior
0000742-41.2012.5.03.0084	Aguardando prazo
0001231-44.2013.5.03.0084	Aguardando prazo
0001274-15.2012.5.03.0084	Aguardando apreciação pela instância superior
0001985-20.2012.5.03.0084	Aguardando prazo
0010275-77.2019.5.03.0084	Elaborar decisão
0010397-95.2016.5.03.0084	Arquivo provisório
0010603-41.2018.5.03.0084	Aguardando apreciação pela instância superior
0010715-73.2019.5.03.0084	Aguardando apreciação pela instância superior
0010812-73.2019.5.03.0084	Aguardando prazo
0010979-66.2014.5.03.0084	Arquivo provisório
0011507-32.2016.5.03.0084	Aguardando apreciação pela instância superior
0011630-98.2014.5.03.0084	Aguardando final do sobrestamento
0012013-76.2014.5.03.0084	Aguardando final do sobrestamento
0130700-22.2008.5.03.0084	Aguardando apreciação pela instância superior

2.4. AÇÃO CIVIL COLETIVA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 8 ações civis coletivas em tramitação.

Processo	Tarefa
0010908-88.2019.5.03.0084	Aguardando apreciação pela instância superior
0011019-38.2020.5.03.0084	Aguardando audiência
0010998-62.2020.5.03.0084	Aguardando audiência
0011104-24.2020.5.03.0084	Aguardando audiência
0011001-17.2020.5.03.0084	Aguardando prazo
0011000-32.2020.5.03.0084	Aguardando audiência
0010999-47.2020.5.03.0084	Aguardando audiência
0010096-12.2020.5.03.0084	Aguardando audiência

3. PRAZO MÉDIO DA PAUTA E DISPONIBILIDADE DA PAUTA –

Prazos médios da pauta/dias corridos

	2019	2020	2021
Procedimento sumaríssimo/ordinário	26	52	67
Instrução processo físico	59	64	-
Instrução processo eletrônico	26	52	147

Apuração conforme dados extraídos do sistema e-Gestão.

Disponibilidade de Pauta/dias úteis

	2019	2020	2021
Procedimento sumaríssimo	9	25	09/03/2021 – 11 dias
Procedimento Ordinário	9	32	22/03/2021 – 20 dias
Instrução	59	61	17/06/2021 – 79 dias

PRAZOS MÉDIOS (de 1º-1-2021 até 9-2-2021).

1) Indicador Prazo Médio na Fase de conhecimento (I04): representa o prazo médio entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença (em dias corridos) na fase de conhecimento.

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajuizamento da ação até a prolação de sentença	0	0

na fase de conhecimento (item 416)		
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajuizamento da ação até a prolação de sentença na fase de conhecimento (item 90416)	58	133

2) Indicador Prazo Médio na Fase de Liquidação (I05): representa o prazo médio entre o início e o encerramento da fase de liquidação.

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da liquidação e da decisão homologatória dos cálculos (item 417)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da liquidação e da decisão homologatória dos cálculos (item 90417)	23	117

3) Indicador Prazo Médio Fase de Execução (I06): representa o prazo médio entre o início e o encerramento da fase de execução.

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – procedimento sumaríssimo - ente privado (item 275)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução - ente privado (item 90275)	43	2.525
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – ente público (item 277)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – ente público (item 90277)	1	306

No ano 2020, apurou-se que, em 225 dias de expediente forense (segunda-feira a sexta-feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:

	Ano-2020	Média/dia útil
Julgados procedentes	131	0,5
Julgados procedentes em parte	338	1,4
Julgados improcedentes	230	0,9
Extintos com resolução de mérito	14	0,06
Outras decisões com resolução de mérito	0	0
Total com exame de mérito	713	3,0
Extintos sem resolução de mérito	39	0,1
Arquivamento	45	0,1
Desistência	83	0,3
Outras decisões sem exame de mérito	1	0,004
Total sem exame de mérito	168	0,7
Decisões de conhecimento	881	3,7
Decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração	323	1,3
Decisões na fase de execução	109	0,4
Total	1.313	5,5

No ano de 2021, até o dia 9-2, com 14 dias de expediente forense (segunda-feira a sexta-feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:

	Ano Atual	Média dia/útil
Julgados procedentes	1	0,07

Julgados procedentes em parte	17	1,2
Julgados improcedentes	9	0,6
Extintos com resolução de mérito	0	0
Outras decisões com resolução de mérito	0	0
Total com exame de mérito	27	1,9
Extintos sem resolução de mérito	8	0,5
Arquivamento	5	0,3
Desistência	3	0,2
Outras decisões sem resolução de mérito	1	0,07
Total sem resolução de mérito	17	1,2
Decisões de conhecimento	44	3,1
Decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração	10	0,7
Decisões na fase de execução	6	0,4
Total	60	4,2

4. AUDIÊNCIAS, DESPACHOS E SENTENÇAS NA FASE DE CONHECIMENTO

Em janeiro de 2021, com 7 dias úteis, realizaram-se:

Audiências	Número de Audiências/ Mês	Média/dia útil
Conciliação em conhecimento	25	3,5
Conciliação em execução	0	0
Encerramento de instrução <small>Os encerramentos de instrução não são somados</small>	2	0,2
Inicial/Inicial (rito sumaríssimo)	9	1,2
Inquirição de testemunha (juízo deprecado)	0	0
Instrução/Instrução (rito sumaríssimo)	6	6
Una/Una (rito sumaríssimo)	13	1,8
Total	53	7,5

No mês de janeiro de 2021, segundo dados do Boletim Estatístico da Vara, sistema e-Gestão, foram homologados 7 acordos em conhecimento, conforme se verificou dos itens 39 e 90039.

Conforme sistema e-Gestão, foram conciliados na fase de conhecimento, liquidação e execução (sentenças e decisões). Mês de fevereiro 2021 apurado até dia 9:

Fase	Conhecimento		Liquidação		Execução	
	2020	2021	2020	2021	2020	2021
Mês/ano						
Janeiro	19	8	4		2	3
Fevereiro	35	14	1	3		1
Março	26		1		1	
Abril	5					
Maio	11		4		5	
Junho	22		4		3	
Julho	52		3		1	
Agosto	29		5		1	
Setembro	44		18		31	
Outubro	24		2		22	
Novembro	50		4		10	
Dezembro	29				1	
TOTAL	346	22	46	3	77	4

	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10	2020/11	2020/12	2021/01	2021/02
CLAUDIA EUNICE RODRIGUES	25	36	14	3	20		56	35	93	48	40			
JOAO OTAVIO FIDANZA FROTA			14	2		29					24	30	11	18
Totais	25	36	28	5	20	29	56	35	93	48	64	30	11	18

Comparativamente, nos anos de 2020 e 2021, foram realizadas audiências, conforme abaixo (mês de fevereiro 2021 apurado até dia 9):

Mês	Ano 2020	Ano 2021
Janeiro	129	53
Fevereiro	178	61
Março	115	

Abril	-	
Maio	19	
Junho	71	
Julho	110	
Agosto	137	
Setembro	156	
Outubro	81	
Novembro	152	
Dezembro	121	
TOTAL	1269	114

	2020/01	2020/02	2020/03	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10	2020/11	2020/12	2021/01	2021/02
CLAUDIA EUNICE RODRIGUES	129	178	53	19		110	137	156	81	85			
HADMA CHRISTINA MURTA CAMPOS											3		
JOAO OTAVIO FIDANZA FROTA			62		71					67	118	53	61
Totais	129	178	115	19	71	110	137	156	81	152	121	53	61

Foram realizadas 87 audiências de 01-02-2021 até o dia 21-02-2021 e designadas 48 de 22-02-2021 até do dia 28-02-2021.

Abaixo a tabela comparativa por mês e ano das sentenças e acordos homologados por sentença em conhecimento, conforme apurado nos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90041, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049 do e-Gestão: (mês de fevereiro 2021 apurado até dia 9):

Mês	Ano 2020	Ano 2021
Janeiro	82	28
Fevereiro	158	36
Março	163	
Abril	26	
Maio	29	
Junho	59	

Julho	148	
Agosto	158	
Setembro	114	
Outubro	79	
Novembro	124	
Dezembro	70	
TOTAL	1210	64

	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10	2020/11	2020/12	2021/01	2021/02
CLAUDIA EUNICE RODRIGUES	52	158	109	23	29	4	132	158	114	79	88	1		
JOAO OTAVIO FIDANZA FROTA	30		54	3		55	16				36	69	28	36
Totais	82	158	163	26	29	59	148	158	114	79	124	70	28	36

Foram despachados, segundo dados da produtividade, extraídos das tabelas processuais unificadas no período - os despachos nos termos do artigo 203, § 4º, do CPC não são contabilizados (mês de fevereiro 2021 apurado até dia 9):

Mês	Ano 2020	Ano 2021
Janeiro	1175	721
Fevereiro	1570	575
Março	1336	
Abril	570	
Maio	1091	
Junho	1364	
Julho	1242	
Agosto	1306	
Setembro	1308	
Outubro	1073	
Novembro	1214	
Dezembro	734	
TOTAL	13983	1296

Constatou a Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora, mediante informação da Secretária da Vara do Trabalho, que, na Unidade, as audiências são realizadas de segunda-feira a quinta-feira, a partir das 8 horas e/ou 14 horas. O intervalo entre as audiências é de 20 minutos para as de procedimento sumaríssimo, 10 minutos para as de procedimento ordinário e de 30 minutos para as instruções.

A análise dos termos do artigo 19, II da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, fica prejudicada em razão das medidas de prevenção à disseminação do Novo Coronavírus da Portaria GP N. 117/2020 deste Regional.

Recomenda-se ao magistrado, quanto à residência, que cumpra a disposição contida no artigo 29, inciso V, "c", do Regimento Interno do TRT da 3ª Região e os termos das Instruções Normativas Conjuntas nº 1, de 13-11-2014 e nº 6, de 13-8-2015 e que mantenha o cadastro atualizado na Secretaria-Geral da Presidência.

5. Produtividade –

Movimentação Anual de Processos			
	2019	2020	2021 até 9-2
Processos recebidos	1.456	1.132	52
Média por dia útil	6,4	4,8	2,1
Processos remanescentes do ano anterior	159	351	293
Sentenças anuladas	8	7	8
Total de processos para solução	1.623	1.490	353
Processos solucionados	1.299	1.210	64
Processos conciliados	407	329	20
Produtividade	80,03%	81,20%	18,13%

Analisando os dados supra, verificou-se uma diminuição de 22,2% em relação ao número de processos recebidos no ano 2019. Quanto à produtividade, verificou-se que em 2020 houve um aumento de 1,1%.

5.1. Índice Nacional de Gestão de Desempenho da Justiça do Trabalho (IGEST) – desenvolvido pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) com o objetivo de contribuir para o aprimoramento da gestão das varas do trabalho de todo o país e auxiliar na melhoria da efetividade da prestação jurisdicional combinada à força de trabalho disponível. Ao mesmo tempo, possibilita a vara orientar melhor sua atuação, tornando um instrumento eficaz de gestão. Ademais, o IGEST se

alinha às Metas Nacionais e ao Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG e foi instituído no âmbito deste Regional por meio da Resolução Conjunta GP/GCR/GVCR n. 104, de 18 de dezembro de 2018.

MESOINDICADOR PRODUTIVIDADE: (de 1º-1-2021 até 9-2-2021)

1) Indicador Taxa de Conciliação na fase de conhecimento (I07): representa a relação entre a quantidade de processos solucionados por conciliação e o total de processos solucionados.

Conciliações	Soma dos processos dos itens 39 e 90039	20
Solucionados	Soma dos processos dos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90071, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049	64

2) Indicador Taxa de Solução (I08): representa a relação entre o total de processos solucionados e o total de processos recebidos por distribuição, redistribuição e que retornaram para novo julgamento.

Solucionados	Soma dos processos dos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90041, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049	64
Recebidos	Soma dos processos dos itens 26, 90026, 27, 90027, 29, 90029, 30, 90030, 31, 90031, 32 e 90032	60

3) Indicador Taxa de Execução (I13): representa a relação entre o total de execuções encerradas pelo total de execuções iniciadas.

Execuções iniciadas	Soma dos processos dos itens 329 e 90329	18
Execuções encerradas	Soma dos processos dos itens 93 e 90093	44

MESOINDICADOR CONGESTIONAMENTO: (de 1º-1-2021 até 9-2-2021)

1) Indicador Taxa de Congestionamento no Conhecimento (I09): representa o volume de trabalho atualmente represado, em comparação com a capacidade de atendimento à demanda na fase de conhecimento.

Pendentes de baixa na Fase de Conhecimento	Saldo de processos dos itens 377 e 90377 no final do período de referência	369
--	--	-----

Baixados na Fase de Conhecimento	Soma dos processos dos itens 375 e 90375	74
----------------------------------	--	----

2) Indicador Taxa de Congestionamento na Execução (I10): representa o volume de trabalho atualmente represado em comparação com a capacidade de atendimento à demanda na fase de execução.

Pendentes de baixa na Fase de Execução	Saldo de processos dos itens 383 e 90383 no final do período de referência	1.126
Baixados na Fase de Execução	Soma dos processos dos itens 381 e 90381	43

MESOINDICADOR FORÇA DE TRABALHO: (de 1º-1-2021 até 9-2-2021)

1) Indicador Produtividade por Servidor (I11): representa o total de processos baixados nas fases de conhecimento e execução por servidor em atividade.

Baixados na fase de conhecimento	Soma dos processos dos itens 375 e 90375	74
Baixados na fase de execução	Soma dos processos dos itens 381 e 90381	43
Servidores em atividade	Contagem dos servidores dos itens 2035, 2045, 2053, 2061 e 2412	13

2) Indicador Pendentes por Servidor (I12): representa total de pendentes de baixa nas fases de conhecimento e execução por servidor em atividade.

Pendentes na fase de conhecimento	Saldo de processos dos itens 337 e 90337 no final do período de referência	369
Pendentes de baixa na fase de execução	Saldo de processos dos itens 383 e 90383 no final do período de referência	1.126
Servidores em atividade	Contagem dos servidores nos itens 2035 (servidores do quadro permanente da área judiciária), 2045 (servidores requisitados do Poder Judiciário da União, lotados na área judiciária 1º grau),	13

	2053 (servidores requisitados de outros órgãos lotados na área judiciária do 1º grau), 2061 (servidores ocupantes exclusivamente de cargos em comissão lotados na área judiciária de 1º grau) e 2412 (servidores removidos de outros órgãos da Justiça do Trabalho lotados na área judiciária de 1º grau)	
--	---	--

Perfil da Vara do Trabalho		Paracatu - 01a Vara			
Indicadores / Período de referência	Ano 2019 01/01/2019 a 31/12/2019	1º trim 2020	2º trim 2020	3º trim 2020	
		01/04/2019 a 31/03/2020	01/07/2019 a 30/06/2020	01/10/2019 a 30/09/2020	
Indi-cadores	I01 - Idade Média do pendente de julgamento (em anos)	0,03	0,35	0,15	0,15
	I02 - Pendentes	1.840	1.884	1.956	1.894
	I03 - Taxa de conclusos com o prazo vencido (%)	0,00	0,00	0,00	0,00
	I04 - Prazo médio no conhecimento (em dias)	64,50	67,13	73,24	85,25
	I05 - Prazo médio na liquidação (em dias)	86,47	87,77	91,45	89,10
	I06 - Prazo médio na execução (em dias)	1.365,57	1.382,82	1.476,25	1.315,87
	I07 - Taxa de conciliação (%)	31,27	25,96	25,50	25,00
	I08 - Taxa de solução (%)	88,46	91,17	84,33	94,20
	I13 - Taxa de execução (%)	111,28	115,68	125,15	124,85
	I09 - Taxa de congestionamento no conhecimento (%)	28,92	30,25	34,76	32,68
	I10 - Taxa de congestionamento na	73,06	70,97	72,47	72,64

	execução (%)				
	I11 - Produtividade por servidor	111,00	118,87	111,27	116,00
	I12 - Pendentes por servidor	114,47	117,53	122,40	126,36
Meso	Acervo	0,23	0,28	0,26	0,26
	Celeridade	0,20	0,21	0,23	0,24
	Produtividade	0,76	0,78	0,76	0,66
	Congestionamento processual	0,69	0,66	0,68	0,60
	Força de trabalho	0,60	0,59	0,60	0,52
Macro	IGEST	0,4955	0,5021	0,5062	0,4567
Posição IGEST		118	117	125	92
Movimentação processual		1001 a 1500	1001 a 1500	1001 a 1500	1001 a 1500

6. ARRECADAÇÃO – Ano 2020

Contribuição Previdenciária	Imposto de Renda	Valores pagos aos reclamantes por execução, acordo ou pagamento espontâneo
R\$3.016.865,16	R\$387.589,54	R\$18.346.294,72

7. PORTARIAS – De acordo com a Secretária da Vara do Trabalho, encontram-se em vigor as Portarias Nº 1, de 2009, que trata das intimações aos procuradores das partes; Nº 1 de 2013, que regulamenta a prática dos atos ordinatórios; Nº 1 de 2014, que dispõe sobre a prestação de informações por meio de telefone; Nº 2 de 2015, que delibera acerca do fornecimento pela parte de elementos físicos destinados ao Pje e a Nº 1 de 2020, que delibera sobre os procedimentos da suspensão do atendimento presencial, em face da Matriz de Monitoramento da Evolução da COVID-19(10/12/2020), vigente enquanto durar o risco de contaminação.

8. SISBAJUD, INFOJUD, RENAJUD e SIMBA – Durante a correição, constatou-se que a Unidade emprega as ferramentas eletrônicas de pesquisa patrimonial.

9. DA SECRETARIA – Concluída a correição, de acordo com os critérios acima especificados, a Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora examinou 80 autos de processos, sendo que em 8 foram encontrados excessos de prazo.

Registra-se que durante os trabalhos de correição, foram observadas a Resolução Conjunta GP/CR N. 58/2016 e suas posteriores alterações, bem como a suspensão de prazos processuais e a realização de audiências no período de 7 a 20 de janeiro de 2021, nos termos do art. 775-A da CLT e as determinações referentes à pandemia COVID-19.

10. Gestão Estratégica

Meta 1 CNJ/2021: Julgar mais processos que os distribuídos – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, excluídos os suspensos e sobrestados no ano corrente.

Em 2020, quando a Meta era “julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 104,14% de cumprimento da Meta, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional no 1º grau foi de 93,50% (valor consultado em 15/02/2021 no SIGEST/CSJT e Portal de Metas Nacionais do CNJ).

Os valores de 2021 aguardam publicação pelos órgãos superiores.

Meta 2 CNJ/2021: Julgar processos mais antigos – Índice de Processos Antigos (IPA) - Identificar e julgar, até 31/12/2021, pelo menos 93% dos processos distribuídos até 31/12/2019, nos 1º e 2º graus.

Em 2020 a Meta era identificar e julgar, até 31/12/2019, pelo menos 92% dos processos distribuídos até 31/12/2017, nos 1º e 2º graus.

Os valores de 2020 e 2021 aguardam publicação pelos órgãos superiores.

Meta 3 CNJ/2021: Estimular a conciliação – Aumentar o índice de conciliação em relação à média do biênio 2018/2019, em 1 ponto percentual. Cláusula de barreira: 40%.

Em 2020, quando a Meta era “Manter o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação ao percentual do biênio 2017/2018”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 68,52% de cumprimento da Meta, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 48,78%, conforme modelo de apuração do SIGEST/CSJT e 108,40% de cumprimento da meta, conforme modelo de apuração do CNJ, que utiliza como parâmetro a cláusula de barreira, que em 2020 foi de 45%. Ressalta-se que o indicador possui como meta o valor de 46,58% (valor consultado em 15/02/2021 no SIGEST/CSJT e Portal de Metas Nacionais do CNJ).

Os valores de 2021 aguardam publicação pelos órgãos superiores.

Meta 5 CNJ/2021: Reduzir a taxa de congestionamento – Reduzir em 2 pontos percentuais a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação à 2019. Cláusula de barreira na fase de conhecimento: 40% e Cláusula de barreira na fase de execução: 65%.

Trata-se de uma nova meta para o exercício de 2021.

Em 2020, a Meta 5 era “Baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 91,99%, do valor da meta estipulado para o ano de 2020, não tendo cumprindo a Meta. O resultado deste Regional foi de 108,52% (valor consultado em 15/02/2021 no SIGEST/CSJT e Portal de Metas Nacionais do CNJ).

Meta 6 CNJ – Em 2020, quando a Meta era “Identificar e julgar, até 31/12/2020, 95% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017 no 1º grau.” (VIGOROU ATÉ 2020).

Os valores de 2020 aguardam publicação pelos órgãos superiores.

Meta 5 CSJT/2021: Tempo médio de duração do processo – Fase de Conhecimento.

Em 2020, quando a Meta era “reduzir o prazo médio em relação ao ano base 2018, em 2% até 2019 e em 5% até 2020”, o tempo médio de duração do processo desta unidade organizacional foi de 99,52 dias, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 171 dias (valor consultado em 15/02/2021 no SIGEST/CSJT). Observa-se que a meta em 2020 era de 208 dias.

Os valores de 2021 aguardam definição pelos órgãos superiores.

Meta 11 CNJ/2021: Aumentar a tramitação dos processos de forma eletrônica – Alcançar 100% de processos judiciais eletrônicos em relação ao acervo total.

No ano 2021, conforme painel do CLEC – disponível na intranet, esta unidade organizacional possui 3 processos migráveis.

11. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL – Enfatiza a Corregedoria Regional a importância da observância da Política Nacional de Responsabilidade Socioambiental da Justiça do Trabalho constante do Ato Conjunto CSJT.TST.GP nº 24/14 e as orientações da Seção de Gestão Socioambiental deste Regional.

12. DAS ATIVIDADES E CONDIÇÕES DE SEGURANÇA – Conforme o artigo 12, parágrafo 3º, da Resolução Conjunta nº 4, de 28-2-2014, do Conselho Nacional de Justiça e Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 9º da Resolução nº 176, de 10-6-2013, do Conselho Nacional de Justiça, bem como nas normas que dispõem sobre segurança oriundas do Tribunal Regional, a Corregedoria Regional determina que sejam cumpridas as determinações do Ato Regulamentar Conjunto nº 1, de 15-9-2008 (ARGCJ 1/2008) e da Resolução GP nº 7, de 3-10-2013.

12.1 MEDIDAS TOMADAS PELA VARA DO TRABALHO NO TOCANTE À CONTINGÊNCIA DO COVID-19:

A unidade organizacional observou as medidas publicadas referentes ao COVID-19, especialmente, a Portaria GP N. 117/2020 deste Regional.

13. RECOMENDAÇÕES:

13.1. RECOMENDAÇÕES GERAIS:

Recomenda-se que, seja observada a publicação da Portaria, referente ao formulário eletrônico para a autoinspeção e seja cumprido o Provimento Conjunto GCR/GVCR N. 1, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020, publicado DEJT de 1º-10-2020, que dispõe sobre a autoinspeção ordinária das unidades judiciárias de 1º grau, realizadas pelos respectivos magistrados, no âmbito da jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região.

Recomenda-se, ainda, à Secretária e aos Servidores da Vara que observem as recomendações para registrar movimentos no PJe de acordo com o e-Gestão.

13.2: RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS:

A Corregedoria Regional recomenda que seja (m):

- 1) intensificada a realização semanal de audiências de conciliação em processos na fase de execução, independentemente de requerimento das partes, selecionando-se aqueles com maior possibilidade de êxito na composição, nos termos do inciso II do artigo 76 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho. Ademais, deve ser seguido o que preceitua o *caput* do artigo 764 da CLT, no sentido de que “os dissídios individuais ou coletivos submetidos à apreciação da Justiça do Trabalho serão sempre sujeitos à conciliação”, frisando-se que “para os efeitos deste artigo, os juízes e Tribunais do Trabalho empregarão sempre os seus bons ofícios e persuasão no sentido de uma solução conciliatória dos conflitos”, nos moldes do § 1º do referido artigo;
- 2) exarados os despachos, quando do impulso oficial, no prazo de 5 dias, conforme artigo 226, I do CPC;
- 3) ao executar os atos processuais, observado pela Secretaria o prazo de 5 dias, conforme artigo 228 do CPC;
- 4) examinados e saneados os processos mais antigos que estão na fase de conhecimento, conforme o discriminado no item 1.9 desta Ata;
- 5) examinados e saneados os processos mais antigos que estão na fase de execução, conforme o discriminado no item 1.10 desta Ata;

- 6) saneados os processos incidentais à fase de execução, conforme apurado no item 1.11 desta Ata;
- 7) verificados os andamentos dos processos com audiências não designadas, conforme item 1.9 da ata e incluídos em pauta de audiência;
- 8) observada a Resolução Conjunta GP/GCR N. 136, de 27 de janeiro de 2020, devendo a Vara do Trabalho adotar medidas para cumprimento dos procedimentos previstos no capítulo II, artigos 5º ao 7º da referida Resolução, e certificar a inexistência de depósitos judiciais e recursais vinculados ao processo a ser arquivado. Para isso, até a efetiva liberação do sítio eletrônico Garimpo, as varas do trabalho deverão consultar a existência de saldo nos sítios eletrônicos dos bancos já disponíveis. https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/acesso-restrito/ (extratos da caixa econômica federal) e <https://www63.bb.com.br/portalbb/djo/rdo/magistrado/RD04,802,4647,4653,0,1,1.bbx?cid=1335> (extratos do Banco do Brasil) e <https://conectividade.caixa.gov.br> (depósitos recursais antes da reforma trabalhista);
- 9) usados como ferramenta de auxílio na gestão da secretaria, os relatórios existentes no Painel de Produtividade, disponível na intranet deste Regional;
- 10) cumprida a Resolução Conjunta GP/CR/VCR N. 138, de 13 de março de 2020, publicada no DJE de 16-3-2020, alterada pela Resolução Conjunta TRT/GP/GCR/GVCR 142/2020, dispondo sobre a conversão de autos físicos em processos eletrônicos, módulo Cadastramento da Liquidação, Execução e Conhecimento (CLEC), nas Varas do Trabalho da 3ª Região, observado o Procedimento de Controle Administrativo CNJ 0008654-73.2018.2.00.000, que defere a liminar para suspender as regras estabelecidas no art. 2º da Resolução conjunta em epígrafe e do art. 52 da Resolução CSJT n. 185, de 24 de março de 2017, facultando ao Tribunal a digitalização das peças dos autos, que por ora, não deverá ser feita pelas partes, observando, ainda, o Ofício Circular N. CR/64/2019;
- 11) envidados esforços para o cumprimento das Metas 5 CNJ/Meta 11 CSJT: Índice de Execução (IE) - Baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente tendo em vista que esta meta não foi atingida no ano de 2020.
- 12) cumprida a Resolução Conjunta n. 147, de 13 de julho de 2020, deste Regional, que trata da atenuação virtual e o uso do aplicativo WhatsApp Business, este último conforme artigo 7º da referida Resolução Conjunta. OU cumprido o artigo 7º da Resolução Conjunta, n. 147, de 13 de julho de 2020, deste Regional, que trata também do uso do aplicativo WhatsApp Business;
- 13) observada a Portaria Conjunta GP/GCR/GVCR N. 223, de 3 de setembro de 2020 que estabelece no âmbito da Justiça do Trabalho de Minas Gerais medidas para a retomada

gradual dos serviços presenciais, observadas as ações necessárias para a prevenção de contágio pelo novo coronavírus, causador da COVID-19;

14) cumprida a Recomendação Conjunta GCR/GVCR N. 2, de 18 de agosto de 2020 e artigo 5º da Portaria Conjunta CR/VCR N. 2, de 20 de março de 2020, dispondo que o contato de urgência das partes e advogados deve ser realizado por e-mail institucional e que o atendimento também seja por meio de videoconferência a advogados, procuradores, membros do Ministério Público do Trabalho e partes que atuam no exercício do jus postulandi, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, durante a pandemia da Covid-19 e a habilitação das funcionalidades siga-me ou WhatsApp Business;

15) cumprida a recomendação Nº 10/GCGJT, DE 17 DE SETEMBRO DE 2020, que, em caráter excepcional, durante a duração da pandemia, sejam priorizados os atos atinentes à tramitação das ações trabalhistas e recursos de interesse dos profissionais da saúde que se encontram na função de atuação ao combate ao COVID-19;

16) realizado, pelos magistrados e pelos servidores, o Exame Periódico de Saúde na data aprazada pela Secretaria de Saúde deste Regional, em conformidade com artigo 13 da Instrução Normativa GP nº 21, de 21 de julho de 2016, que dispõe sobre avaliação médica de magistrados e servidores em atividade, em função de riscos no ambiente de trabalho e de doenças ocupacionais.

A Corregedoria Regional reitera a necessidade de que sejam observadas as recomendações acima, o que será aferido na próxima correição ou extraordinariamente.

13.3. RECOMENDAÇÕES CONSTANTES NA ATA DE CORREIÇÃO DO ANO 2020:

A Corregedoria Regional verificou que não foram observadas as seguintes recomendações, formuladas naquela oportunidade:

1) intensificada a realização semanal de audiências de conciliação em processos na fase de execução, incluindo em pauta no mínimo 10 processos, independentemente de requerimento das partes, selecionando-se aqueles com maior possibilidade de êxito na composição, nos termos do inciso II do artigo 76 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho. Ademais, deve ser seguido o que preceitua o *caput* do artigo 764 da CLT, no sentido de que “os dissídios individuais ou coletivos submetidos à apreciação da Justiça do Trabalho serão sempre sujeitos à conciliação”, frisando-se que “para os efeitos deste artigo, os juízes e Tribunais do Trabalho empregarão sempre os seus bons ofícios e persuasão no sentido de uma solução conciliatória dos conflitos”, nos moldes do § 1º do referido artigo;

2) exarados os despachos, quando do impulso oficial, no prazo de 5 dias, conforme artigo 226, I do CPC;

3) ao executar os atos processuais, observado pela Secretaria o prazo de 5 dias, conforme artigo 228 do CPC.

A Corregedoria Regional reitera a observância das recomendações acima.

14. OBSERVAÇÕES FINAIS – A Corregedoria Regional recomenda que a Secretaria da Vara aprimore a qualidade dos seus serviços, visando ao elevado cumprimento da sua missão institucional que, conforme o Plano Estratégico do TRT da 3ª Região é “Solucionar conflitos decorrentes das relações de trabalho de forma efetiva e célere, contribuindo para a harmonia social”.

Participe dos objetivos da Agenda 2030 (ONU), que firmou 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para transformar nosso mundo, a Corregedoria Regional incentiva o conhecimento de suas diretrizes, especialmente as inclusas no objetivo 16, disponíveis no link <http://www.agenda2030.org.br/ods/16/>, que trata da Paz, Justiça e Instituições Eficazes.

Enfatiza que a qualidade da prestação jurisdicional possibilita o alcance da visão de futuro do TRT da 3ª Região em “ser reconhecido na sociedade pela prestação da tutela jurisdicional dos direitos sociais de qualidade, célere e efetiva e pela excelência dos processos de gestão”, segundo consta no Planejamento Estratégico do TRT da 3ª Região.

Ressalta, ainda, a Corregedoria Regional o caráter pedagógico da correição, assim como a importância da transparência dos dados estatísticos da Secretaria da Vara, proporcionadores do autoconhecimento e de um seguro diagnóstico da Instituição, cujo interior precisa ser exposto para si própria, bem como para a sociedade, destinatária última dos serviços judiciais prestados, tudo conforme foi solene e enfaticamente propugnado pelo CNJ.

Registra-se que a Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora não recebeu reclamação de advogados ou partes quanto aos serviços prestados pelo juízo da Vara do Trabalho.

A Correição Ordinária é encerrada às 15h15min do dia 23 de fevereiro de 2021, em sessão pública telepresencial, nos termos do Edital n. 3/2021, publicado no DJe 18-01-2021, do que, para constar, eu, Terezinha Lisieux Dos Santos Nunes Meira, Assessora da Corregedoria, lavrei e assinei a presente ata, impressa em frente e verso, a qual, depois de lida e achada conforme, vai assinada, também, pela Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora. A equipe da Corregedoria Regional, que auxiliou a Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora, além do Sra. Assessora acima nominado, foi composta pelos servidores Flávio Mário Fonseca e Jânio Júlio Fernandes.

MARISTELA IRIS DA SILVA
MALHEIROS:30831806

Assinado de forma digital por MARISTELA
IRIS DA SILVA MALHEIROS:30831806
Dados: 2021.03.30 18:49:12 -03'00'

Maristela Iris da Silva Malheiros
Desembargadora Vice-Corregedora do TRT/3ª Região

TEREZINHA LISIEUX DOS SANTOS
NUNES MEIRA:30835354

Assinado de forma digital por TEREZINHA LISIEUX DOS
SANTOS NUNES MEIRA:30835354
Dados: 2021.03.17 09:37:00 -03'00'

Terezinha Lisieux Dos Santos Nunes Meira
Assessora da Corregedoria